

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.571.050 - SP (2019/0252236-5)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : **AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A**
ADVOGADOS : **THAIS MATALLO CORDEIRO - SP247934**
 GUSTAVO GONÇALVES GOMES - SP266894
 RAFAEL PEREIRA DA SILVA - SP395790
SOC. de ADV. : **SIQUEIRA CASTRO ADVOGADOS**
AGRAVADO : **BEATRIZ AVANCO MARCHINI DE SOUZA**
ADVOGADO : **MARINA DINIZ ALVES E OUTRO(S) - MG143989**

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A. contra decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, com fundamento no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão assim ementado:

"TUTELA PROVISÓRIA- Plano de Saúde - Pleito deferido para determinar à ré o custeio dos medicamentos de que necessita a autora, portadora de hepatite C crônica - Manutenção - Requisitos do art. 300, CPC bem evidenciados - Medicamentos que, prima facie, encontram-se diretamente ligados ao tratamento dispensado à paciente - Limitação imposta que excluiria o tratamento que foi prescrito como meio adequado e indispensável à tentativa de recuperação da higidez física da paciente - Aplicação da Súmula 102, desta Corte - Risco de grave dano igualmente evidenciado - Recurso desprovido, prejudicado o agravo interno" (fl. 443, e-STJ).

Os embargos declaratórios foram rejeitados (fl. 467, e-STJ).

No recurso especial, a recorrente alega que houve violação dos arts. 300 e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015; 10, V, da Lei nº 9.656/1998; 12 e 66 da Lei nº 6.360/1970 e 10, V, da Lei nº 6.437/1976.

Sustenta não ser possível custear o fornecimento de medicamento importado e sem registro na ANVISA e, ainda, com diversos indícios de fraude para sua requisição.

Afirma que: a) o aresto recorrido foi omissivo, e b) a tutela de urgência não poderia ser deferida sem o preenchimento de seus requisitos.

Não admitido o recurso na origem, vieram os autos conclusos a esta relatoria.

Sem contraminuta (fl. 501, e-STJ).

É o relatório.

DECIDO.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

O recurso não merece prosperar.

Superior Tribunal de Justiça

Inicialmente, observa-se que o tribunal de origem indicou adequadamente os motivos que lhe formaram o convencimento, analisando de forma clara, precisa e completa as questões relevantes do processo e solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entendeu cabível à hipótese. Não há falar, portanto, em prestação jurisdicional lacunosa ou deficitária apenas pelo fato de o acórdão recorrido ter decidido em sentido contrário à pretensão da recorrente.

Ademais, este Tribunal tem jurisprudência firme no sentido de que a verificação da procedência dos argumentos expendidos no recurso especial quanto ao preenchimento dos requisitos do art. 300 do CPC/2015 exigiria, por parte desta Corte, o reexame de matéria fática, procedimento vedado pela Súmula nº 7/STJ.

A propósito:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. 1. TUTELA DE URGÊNCIA. APLICAÇÃO ANALÓGICA DA SÚMULA 735/STF. CASO TAMBÉM DE INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. 2. MULTA. NÃO INCIDÊNCIA. 3. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. A análise do recurso quanto à presença dos requisitos da antecipação de tutela depende de reexame de matéria fática da lide, o que encontra óbice na Súmula 7 do STJ. Ademais, as alegações recursais serão oportunamente analisadas pelas instâncias ordinárias por ocasião do julgamento de mérito da ação, não cabendo a esta Corte Superior antecipar tal análise neste momento processual, conforme dispõe, por analogia, a Súmula 735/STF.

2. O mero não conhecimento ou improcedência de recurso interno não enseja a automática condenação à multa do art. 1.021, § 4º, do NCPC, devendo ser analisado caso a caso.

3. Agravo interno desprovido"

(AgInt no AREsp 1.465.777/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/8/2019, DJe 22/8/2019).

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator